

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (“Companhia”) tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedica-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia possui duas plantas industriais no Estado de SP, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada na Av. Antonio Bardella, 525 – Cumbica - Guarulhos – SP.

A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Barefame Industrial Ltda. foi constituída no final de 2011 e está situada na cidade de São Mateus-ES. A Empresa tem como objetivo principal a industrialização de máquinas e equipamentos de elevação de cargas e de pessoas e instalação de máquinas e equipamentos industriais.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuar-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Duraferro Indústria e Comércio Ltda., atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2013, autorizou emissão destas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas do balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as informações de 31 de dezembro de 2012, dentre elas “Outros créditos” e “Provisão para demandas judiciais” no que diz respeito aos depósitos judiciais pertinentes, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2011	2011
Depósitos judiciais		
Saldos anteriormente divulgados	4.187	5.109
Reclassificação da rubrica na composição constante nas Notas 11	231	2.545
Saldos reclassificados	4.418	7.654
 Provisão para demandas judiciais	5.568	9.144
Reclassificação da rubrica na composição constante nas Notas 18	231	2.545
Saldos reclassificados	5.799	11.689

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2012, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

Alterações ao IAS 12, Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Subjacentes: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda.

Alterações IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das informações compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos

associados. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011 e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC e deliberação pela CVM para as companhias abertas.

Cabe mencionar que esta emenda em questão afeta apenas as divulgações, porém atualmente não é aplicável à Companhia, e não tem impacto sobre seu desempenho ou sua situação financeira.

2.2 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Alterações que não deverão trazer impactos para a Companhia

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). Estas revisões passaram a vigorar para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32: Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Esta norma tem vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1: Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior a do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7: Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de

compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Alterações que deverão trazer impactos para a Companhia

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração: A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente iria vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos: A IFRS 11 substitui o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial. Vide efeitos no quadro seguinte.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá

impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Os efeitos previamente apurados pela aplicação da IFRS 11 no período corrente (que corresponderá ao período comparativo nas demonstrações de 31 de dezembro de 2013) são os seguintes:

Posição em 31/12/2012

	31/12/2012		
	Consolidado Divulgado	Consolidado ajustado	Variação
Ativo circulante	346.308	272.428	73.880
Ativo não circulante	422.372	436.184	(13.812)
Total do Ativo	768.680	708.612	60.068
Passivo circulante	231.013	190.563	40.450
Passivo não circulante	130.837	111.219	19.618
Patrimônio líquido	406.830	406.830	0
Total do Passivo	768.680	708.612	60.068
Receita operacional líquida	393.184	310.080	83.104
Lucro Bruto	30.887	15.775	15.112
Receitas (despesas) operacionais	(63.977)	(51.411)	(12.566)
Lucro(prejuízo) líquido do exercício	(25.184)	(25.184)	0

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reorçamento. As receitas de serviços prestados foram reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor

estimativa possível por parte da Administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

3.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Todas as entidades consolidadas estão situadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definidas em Reais (R\$).

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Reais – R\$) pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos:

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

a) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

b) Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

c) Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos:

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, sendo sua contrapartida contabilizada no resultado do exercício como ganhos / perdas com derivativos na rubrica de resultado financeiro líquido.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Classificação entre circulante e não circulante: Instrumentos financeiros derivativos são classificados como de circulante e não circulante ou segregados em parcela de circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Empresa mantiver um derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou circulante se mantido por um período inferior a 12 meses), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.7 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.8 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas Controladas e Coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido das Controladas e Coligada atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações contábeis das Controladas e Coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia.

3.9 Ativo imobilizado e propriedades para investimento

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos e atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos, edificações para atribuir um novo custo (deemed cost). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 13 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

3.10 Arrendamento mercantil

- *Arrendamento financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- *Arrendamento operacional*

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem alugueis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.13 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.14 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão

auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC Nº 32 – Tributo sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

3.17 Dividendos e Juros sobre capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia e que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de “Dividendos e JCP a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto social da Companhia.

3.18 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.19 Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC nº 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método Indireto. Já as demonstrações do valor

adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de Participação	
	31/12/2012	31/12/2011
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.* ¹	100,00%	100,00%
Bardella Adm. de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.* ²	50,00%	50,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.* ¹	60,00%	60,00%
Barefame Industrial Ltda.* ³	100,00%	100,00%

(*¹) O percentual refere-se ao controle direto e indireto.

(*²) Controlada em conjunto

(*³) O percentual refere-se ao controle indireto

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

Conforme requerido pelo CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da controlada em conjunto IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., consolidados nas demonstrações financeiras da controladora:

IMMA - IND. METALÚRGICA E MECÂNICA DA AMAZÔNIA LTDA.
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante	152.470	96.129
Não Circulante	110.824	116.701
Impostos a recuperar	1.658	1.886
Despesas antecipadas	2.351	3.565
Deposito garantia em consórcio	8.080	7.130
Outros créditos	103	162
Imobilizado	96.318	100.909
Intangível	2.314	3.049
Ativo total	263.294	212.830
Passivo		
Circulante	85.608	61.140
Não circulante	39.237	52.579
Patrimônio líquido	138.449	99.111
Passivo total	263.294	212.830
Demonstração do resultado (períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011)		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita operacional líquida	184.067	238.962
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(153.842)	(211.013)
Lucro bruto	30.225	27.949
Receitas (despesas) operacionais	23.092	22.687
Lucro operacional	53.317	50.636
Imposto de renda e contribuição social	(5.092)	(4.905)
Lucro do exercício	48.225	45.732

A IMMA foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Alstom Hydro Energia Ltda. Os ativos, passivos e contas de resultado da IMMA foram proporcionalmente integrados às demonstrações contábeis da controladora.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	645	1.958	752	2.202
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	23.142	-	47.076	18.100
	<u>23.787</u>	<u>1.958</u>	<u>47.828</u>	<u>20.302</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas foram remuneradas por taxas que variavam de 98% a 100,5% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2012 (80% a 101,2% em 31 de dezembro de 2011), tendo como contraparte bancos de primeira linha.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:				
Cientes no País Contratos de construção (nota 7)	45.681	68.871	77.743	77.597
Produtos Seriados	11.721	8.885	15.522	10.209
Efeitos a faturar (Nota 7)	35.901	86.025	35.768	92.863
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.317)	(2.491)	(1.950)	(3.147)
Subtotal	91.986	161.290	127.083	177.522
Partes relacionadas - Contratos de construção (Notas 7 e 12)	31.138	29.784	-	-
	123.124	191.074	127.083	177.522

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa	Controladora	Consolidado
Saldo inicial 31/12/2011	(2.491)	(3.147)
Adição	(1.360)	(1.360)
Baixa	2.491	2.514
Reversão	43	43
Saldo final 31/12/2012	(1.317)	(1.950)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	8.821	8.091	11.753	8.468
De 1 a 30 dias	177	512	182	527
De 31 a 60 dias	223	-	225	14
De 61 a 90 dias	75	2	166	9
De 91 a 120 dias	218	-	352	17
Acima de 121 dias	2.207	280	2.844	1.174
	11.721	8.885	15.522	10.209

A conta “Efeitos a faturar não recebidos” (nota 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida pelo método da percentagem completada e o respectivo valor recebido.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7. Contratos de serviços e construção

Os contratos de construção correspondem aos produtos sob encomenda, cujo reconhecimento da receita bruta no resultado é feita tomando-se como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço e apurada através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (Nota 6)	76.819	98.655	77.743	77.597
Saldo a receber dos contratos em execução e não faturados (Nota 6)	35.901	86.025	35.768	92.863
	112.720	184.680	113.511	170.460
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de construção completos e em execução (nota 17)	(45.555)	(76.122)	(82.475)	(96.705)
Contratos de construção líquido a receber	67.165	108.558	31.036	73.755

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	15.537	16.049	15.639	16.152
Produtos em elaboração	14.951	14.912	22.029	16.248
Matérias primas	58.912	60.343	74.277	85.549
Material de consumo	535	761	3.737	4.071
	89.935	92.065	115.682	122.020

9. Impostos a recuperar e diferidos

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:				
ICMS	-	993	976	947
IPÍ	2.587	4.069	2.766	4.386
Imposto de renda e contribuição social	1.444	4.285	10.980	12.003
COFINS	6.030	17.746	17.343	32.266
PIS	1.309	3.851	3.895	7.129
Outros	9	493	2.228	1.585
	11.379	31.437	38.188	58.316

Não Circulante:

ICMS s/aquisição imobilizado	414	678	583	1.099
IPÍ	689	668	689	691
PIS	2.701	2.640	2.827	2.651
COFINS	-	-	36	109
Outros	-	-	617	547
	<u>3.804</u>	<u>3.986</u>	<u>4.752</u>	<u>5.097</u>
	<u>15.183</u>	<u>35.423</u>	<u>42.940</u>	<u>63.413</u>

b. Imposto de renda e contribuição social**Neutralidade para fins tributários - Lei nº 11.941/09**

Em função do Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas Controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2012) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e suas Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais	17.201	14.383	24.458	19.748
Base negativa CSLL	5.897	2.650	8.507	4.581
Diferenças temporárias	2.275	2.689	3.139	3.977
Total IR/CSLL diferido ativo	25.373	19.722	36.104	28.306
Saldo de IR/CSLL diferido ativo	-	-	(5.512)	(1.823)
	25.373	19.722	30.592	26.484
Efeito de IR/CSLL diferido passivo adoção dos novos pronunciamentos	(58.356)	(63.105)	(74.746)	(76.503)
Saldos de IR/CSLL diferidos passivo	(32.983)	(43.383)	(44.154)	(50.019)

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a elas correspondentes.

Saldo do IR/CSLL diferido ativo - Refere-se a IR/CSLL diferido líquido da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo.

A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	Controladora	Consolidado
2013	103	611
2014	1.406	2.646
2015	2.452	3.826
2016	2.658	4.130
2017	2.837	4.345
2018	2.989	3.927
2019	3.125	4.072
2020	3.219	4.178
2021	3.257	4.223
2022	3.327	4.146
	25.373	36.104

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, conseqüentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação de despesa de Imposto de renda e Contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social.	(30.778)	32.731	(33.090)	42.934
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	10.465	(11.129)	11.251	(14.598)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	5.329	21.617	(463)	174
Receita de incentivos fiscais	-	-	19.676	29.170
Despesas indedutíveis	(2.031)	(1.297)	(2.387)	-
	3.298	20.320	16.826	29.344
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal (34%)	1.121	6.909	5.721	9.977
Efeito do crédito fiscal diferido não constituído (devido ao limite de recuperação)	(5.992)	5.330	(11.516)	5.330
Crédito fiscal diferido não constituído	-	-	-	(5.053)
Outros	-	811	984	42
Imposto de renda e contribuição social	5.594	1.921	6.440	(4.302)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	5.594	1.921	6.440	(4.302)
.Corrente	-	-	(2.544)	(6.322)
.Diferido	5.594	1.921	8.984	2.020

Crédito fiscal diferido não constituído: refere-se à diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre os quais não foi constituído o crédito fiscal diferido em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota.

10. Títulos e valores mobiliários

Essa conta é formada por ações da Vale S/A. O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do exercício.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de “Investimentos detidos para a venda”.

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada exercício está demonstrado conforme segue:

	31/12/2011			Controladora 31/12/2012
	Saldo inicial	Variação do valor justo	Baixas p/vendas	Saldo final
Quantidade de ações PNA N1 – Vale5	374.830	-	(374.830)	-
Valor de mercado na data de fechamento	37,86	-	-	-
Custo de aquisição	49	-	(49)	-
Variação do valor justo	14.142	316	(14.458)	-
Saldo contábil (fair value)	14.191	316	(14.507)	-

	31/12/2011			Consolidado 31/12/2012
	Saldo inicial	Variação do valor justo	Baixas p/vendas	Saldo final
Quantidade de ações PNA N1 – Vale5	801.070	-	(374.830)	426.240
Valor de mercado na data de fechamento	37,86	-	-	40,77
Custo de aquisição	271	-	(49)	222
Variação do valor justo	30.058	1.555	(14.458)	17.155
Saldo contábil (fair value)	30.329	1.555	(14.507)	17.377

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Adiantamento a fornecedores	8.470	4.671	11.904	7.709
Adiantamento de férias	416	763	505	763
Adiantamento a controladas	-	-	445	3.278
Indenização de seguros	-	247	-	247
Outros	1.559	1.490	1.938	2.086
	10.445	7.171	14.792	14.083

Não Circulante

Depósitos judiciais	4.994	4.418	8.255	7.654
Depósitos para garantia em consórcio	-	-	4.040	3.564
Outros	597	786	837	796
	<u>5.591</u>	<u>5.204</u>	<u>13.132</u>	<u>12.014</u>
	<u>16.036</u>	<u>12.375</u>	<u>27.924</u>	<u>26.097</u>

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas Controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

- Contratos de mútuo* – Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados a taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras.
- Vendas de produtos e serviços* - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais.
- Prestação de serviços administrativos e aluguéis* - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes.
- Avais, fianças, hipotecas concedidas em favor das Controladas e Coligadas* - A Companhia concedeu os seguintes avais em favor das Controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Barefame Instalações Industriais Ltda.	18.490	33.178
IMMA - Indústria Met. e Mecânica da Amazônia Ltda.	22.561	29.702
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	13.713	20.914
	<u>54.764</u>	<u>83.794</u>

e. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas Controladas em 31 de dezembro de 2012 e 2011

31/12/2012						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Barefame Instalações Industriais Ltda.	31.964	24.239	51	-	5.278	7.288
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	12	-	21	3.213	101	382
Energo Agro Industrial Ltda.	4	-	-	7.191	26	570
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	423	-	-	-	3.209	23
IMMA- Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	827	-	1.951	-	8.920	9
	33.230	24.239	2.023	10.404	17.534	8.272
Contratos de construção	31.138	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	2.092	-	-	-	-	-
	33.230	-	-	-	-	-

31/12/2011						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Barefame Instalações Industriais Ltda.	30.367	5.941	-	-	57.937	12.313
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	6	-	10	3.838	90	385
Energo Agro Industrial Ltda.	3	-	-	6.978	28	805
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	423	-	3.154	-	253	15.786
IMMA- Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	778	-	2.362	-	20.070	2.284
	31.577	5.941	5.526	10.816	78.378	31.573
Contratos de construção	29.784	-	-	-	78.378	31.573
Outros	1.793	-	-	-	-	-
	31.577	-	-	-	-	-

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados entre partes.

f. Remuneração dos administradores – Benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável).

Em 31 de dezembro de 2012, a administração da Bardella era composta por 9 conselheiros e 4 diretores. No período findo em 31 de dezembro de 2012, os membros do Conselho de Administração foram remunerados pelo montante de R\$ 1.194 (em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 1.181), o Conselho Fiscal pelo montante de R\$ 410 (em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 392) e a Diretoria pelo montante de R\$ 2.908 (em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 2.253), por seus serviços.

A Companhia e suas Controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13. Imobilizado

		Controladora			
				31/12/2012	31/12/2011
	Taxa anual depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2,70%	131.235	(20.839)	110.396	111.000
Máquinas e equipamentos	8,40%	143.613	(81.497)	62.116	54.377
Móveis e utensílios	10,00%	5.982	(4.715)	1.267	1.381
Veículos	20,00%	3.483	(2.644)	839	675
Equipamentos de informática	20,00%	5.006	(4.663)	343	510
Terrenos	0,00%	55.658	-	55.658	55.658
Instalações	10,00%	26.426	(24.587)	1.839	2.476
Obras em andamento	0,00%	5.712	-	5.712	8.477
		<u>377.115</u>	<u>(138.945)</u>	<u>238.170</u>	<u>234.554</u>

		Consolidado			
				31/12/2012	31/12/2011
	Taxa anual depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	3,10%	200.037	(28.014)	172.023	174.450
Máquinas e equipamentos	9,00%	203.527	(106.171)	97.356	101.422
Móveis e utensílios	10,00%	8.232	(5.972)	2.260	2.469
Veículos	13,80%	32.827	(19.999)	12.828	17.823
Equipamentos de informática	20,00%	7.273	(6.525)	748	1.168
Terrenos	0,00%	57.019	-	57.019	57.019
Instalações	10,00%	30.708	(25.638)	5.070	5.177
Obras em andamento	0,00%	9.532	-	9.532	11.072
		<u>549.155</u>	<u>(192.319)</u>	<u>356.836</u>	<u>370.600</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, do montante líquido demonstrado, R\$ 6.383, refere-se substancialmente máquinas e equipamentos arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos.

Movimentação do custo

	Controladora				
	31/12/2011	31/12/2012			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	131.217	-	-	18	131.235
Máquinas e equipamentos	129.460	10.217	(145)	4.081	143.613
Móveis e utensílios	5.888	95	(11)	10	5.982
Veículos	4.049	480	(1.046)	-	3.483
Equipamentos de informática	4.962	37	-	7	5.006
Terrenos	55.658	-	-	-	55.658
Instalações	26.410	8	-	8	26.426
Obras em andamento/Outros	8.477	1.359	-	(4.124)	5.712
	366.121	12.196	(1.202)	-	377.115

Movimentação do custo

					Consolidado
	31/12/2011	31/12/2012			31/12/2012
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	199.498	425	-	114	200.037
Máquinas e equipamentos	198.096	10.586	(9.433)	4.278	203.527
Móveis e utensílios	8.117	174	(69)	10	8.232
Veículos	40.205	881	(8.656)	397	32.827
Equipamentos de informática	7.182	173	(89)	7	7.273
Terrenos	57.019	-	-	-	57.019
Instalações	30.491	612	(481)	86	30.708
Obras em andamento/Outros	11.072	3.368	(16)	(4.892)	9.532
	551.680	16.219	(18.744)	-	549.155

Movimentação do custo

					Controladora
	31/12/2010	31/12/2011			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	129.543	54	-	1.620	131.217
Máquinas e equipamentos	124.892	687	(115)	3.996	129.460
Móveis e utensílios	5.411	289	(3)	191	5.888
Veículos	4.161	183	(295)	-	4.049
Equipamentos de informática	4.829	131	-	2	4.962
Terrenos	55.658	-	-	-	55.658
Instalações	26.216	33	-	161	26.410
Obras em andamento/Outros	5.880	8.567	(1)	(5.969)	8.477
	356.590	9.944	(414)	-	366.121

Movimentação do custo

					Consolidado
	31/12/2010				31/12/2011
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	180.975	81	-	18.442	199.498
Máquinas e equipamentos	193.619	3.837	(4.960)	5.600	198.096
Móveis e utensílios	7.609	518	(196)	186	8.117
Veículos	38.044	4.084	(1.767)	(156)	40.205
Equipamentos de informática	6.889	319	(32)	6	7.182
Terrenos	57.073	-	(200)	146	57.019
Instalações	29.873	405	(2)	215	30.491
Obras em andamento/Outros	21.295	14.451	(235)	(24.439)	11.072
	535.377	23.695	(7.392)	-	551.680

Movimentação da depreciação

				Controladora
	31/12/2011			31/12/2012
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Baixas	Depreciação acumulada
Edificações	(20.217)	(622)	-	(20.839)
Máquinas e equipamentos	(75.083)	(6.547)	133	(81.497)
Móveis e utensílios	(4.507)	(212)	4	(4.715)
Veículos	(3.374)	(249)	979	(2.644)
Equipamentos de informática	(4.452)	(211)	-	(4.663)
Instalações	(23.934)	(653)	-	(24.587)
	(131.567)	(8.494)	1.116	(138.945)

Movimentação da depreciação

	Consolidado		
	31/12/2011		31/12/2012
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Depreciação acumulada
Edificações	(25.048)	(2.966)	(28.014)
Máquinas e equipamentos	(96.674)	(11.794)	(106.170)
Móveis e utensílios	(5.648)	(368)	(5.973)
Veículos	(22.383)	(3.122)	(19.999)
Equipamentos de informática	(6.013)	(415)	(6.525)
Instalações	(25.314)	(799)	(25.638)
	(181.080)	(19.464)	(192.319)

Movimentação da depreciação

	Controladora		
	31/12/2010		31/12/2011
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Depreciação acumulada
Edificações	(17.168)	(3.049)	(20.217)
Máquinas e equipamentos	(67.523)	(7.652)	(75.083)
Móveis e utensílios	(4.284)	(223)	(4.507)
Veículos	(3.321)	(343)	(3.374)
Equipamentos de informática	(4.135)	(317)	(4.452)
Instalações	(22.450)	(1.533)	(23.934)
	(118.881)	(13.117)	(131.567)

Movimentação da depreciação

	Consolidado		
	31/12/2010		31/12/2011
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Depreciação acumulada
Edificações	(19.899)	(5.149)	(25.048)
Máquinas e equipamentos	(83.717)	(14.728)	(96.674)
Móveis e utensílios	(5.446)	(362)	(5.648)
Veículos	(18.641)	(4.940)	(22.383)
Equipamentos de informática	(5.499)	(519)	(6.013)
Instalações	(23.765)	(1.598)	(25.314)
	(156.967)	(27.296)	(181.080)

Estão considerados os montantes a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na nota 16.1.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas Controladas não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável de seus ativos. A Companhia e suas Controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2012.

14. Investimentos

a. Propriedades para investimento

	Taxa anual depreciação %	Custo	Depreciação	Consolidado	
				31/12/2012 Líquido	31/12/2011 Líquido
Edifícios	2,77	6.759	(2.530)	4.229	4.388
Aluguéis recebidos (12 meses findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011)				438	519

Movimentação da depreciação

	31/12/2011 Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	31/12/2012 Depreciação acumulada
Propriedades para investimento	(2.369)	(161)	(2.530)

Movimentação da depreciação

	31/12/2010 Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	31/12/2011 Depreciação acumulada
Propriedades para investimento	(2.208)	(161)	(2.369)

As propriedades para investimento pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial alugados. Com base em propostas de aquisição recebidas em 2011, não foram identificados indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável das propriedades para investimento.

b. Participação em empresas controladas e coligadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participação em empresas controladas e coligadas	111.237	108.401	3.964	4.427
Outros Investimentos	141	141	145	145
TOTAL	111.378	108.542	4.109	4.572

Movimentação dos saldos

	Barefame Inst.Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. E Cor. Seguros Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.257	45.058	31.314	9.285	34.957	4.253	147.124
Resultado de equivalência patrimonial	(9.053)	3.213	443	3.975	22.865	174	21.617
Realização por baixa do ajuste avaliação patrimonial	157	-	-	-	-	-	157
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(3.037)	-	-	-	-	(3.037)
Lucros pagos	-	(18.244)	(26.802)	(4.147)	(7.425)	-	(56.618)
Lucros a distribuir	-	-	-	-	(842)	-	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.361	26.990	4.955	9.113	49.555	4.427	108.401
Resultado de equivalência patrimonial	(16.589)	(296)	32	(1.466)	24.111	(463)	5.329
Ajuste de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(696)	-	(696)
Realização por baixa do ajuste avaliação patrimonial	1.131	-	-	-	-	-	1.131
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	818	-	-	-	-	818
Lucros pagos	-	-	-	-	(3.746)	-	(3.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(2.097)	27.512	4.987	7.647	69.224	3.964	111.237

• Informações das Investidas

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo circulante	29.603	30.243	523	212	875	1.292
Ativo não circulante	53.319	64.818	34.288	33.577	7.191	6.984
Passivo circulante	49.022	52.925	250	153	145	407
Passivo não circulante	35.997	28.775	7.049	6.646	-	-
Patrimônio líquido	(2.097)	13.361	27.512	26.990	7.921	7.869
Receita operacional líquida	30.347	116.495	721	835	-	708
Resultado do exercício	(16.589)	(10.242)	(296)	3.397	51	647

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Patrimônio líquido	(2.097)	13.361	27.512	26.990	7.921	7.869
Participação no capital social, no final do exercício - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	(2.097)	13.361	27.512	26.990	4.987	4.955
Resultado de equivalência patrimonial	(16.589)	(9.053)	(296)	3.213	32	443

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazônia Ltda.		Duraferro Ind.e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo circulante	152.470	96.129	11.936	24.783	577	538
Ativo não circulante	110.824	116.701	25.633	23.980	18.531	20.803
Passivo circulante	85.608	61.140	11.181	21.689	18	17
Passivo não circulante	39.237	52.579	7.271	4.291	-	-
Patrimônio líquido	138.449	99.111	19.117	22.783	19.090	21.324
Receita operacional líquida	184.067	238.962	24.985	59.534	-	-
Resultado do exercício	48.225	45.732	(3.666)	9.950	(2.233)	810

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazônia Ltda.		Duraferro Ind.e Comércio Ltda.		Planihold S/A	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	600	600	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	600	600	-	-
Patrimônio líquido	138.449	99.111	19.117	22.783	19.090	21.324
Participação no capital social, no final do exercício - %	50,00%	50,00%	40,00%	40,00%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	69.224	49.555	7.647	9.113	3.964	4.427
Resultado de equivalência patrimonial	24.111	22.865	(1.466)	3.975	(463)	174

15. Intangível

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas Controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

		Controladora				Controladora			
		Custo				Amortização			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Vida útil definida									
Software	5 anos	22.016	3.226	-	25.242	(15.852)	(707)	-	(16.559)
Ágio aquis. investimento									
Duraferro	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		25.353	3.226	-	28.579	(15.852)	(707)	-	(16.559)
						9.501			12.020

		Consolidado				Consolidado			
		Custo				Amortização			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Vida útil definida									
Software	5 anos	26.098	3.440	(36)	29.502	(17.970)	(1.423)	136	(19.257)
Ágio aquis. Investimento Duraferro	indefinida	5.005	-	-	5.005	-	-	-	-
		31.103	3.440	(36)	34.507	(17.970)	(1.423)	136	(19.257)
						13.134			15.250

		Controladora							
		Custo				Amortização			
	Prazo de vida útil	Saldo em 31/12/2010	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Vida útil definida									
Software	5 anos	17.070	4.946	-	22.016	(15.089)	(763)	-	(15.852)
Ágio aquis.									
Investimento									
Duraferro	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		20.407	4.946	-	25.353	(15.089)	(763)	-	(15.852)
						5.318			9.501
		Custo				Amortização			
	Prazo de vida útil	Saldo em 31/12/2010	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Vida útil definida									
Software	5 anos	22.260	5.085	(1.247)	26.098	(17.268)	(1.415)	713	(17.970)
Ágio aquis.									
Investimento									
Duraferro	indefinida	5.005	-	-	5.005	-	-	-	-
		27.265	5.085	(1.247)	31.103	(17.268)	(1.415)	713	(17.970)
						9.997			13.134

Composição do saldo dos ágios: A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas Controladas não identificaram necessidade de constituição de provisão para perdas com base nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos da administração.

16. Financiamentos e empréstimos

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2012	Vencimentos dos contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	7.930	11.090	7.930	11.090
			15/08/12 a				
BNDES - Finem	TJLP	2,90%	15/03/13	255	1.643	2.868	4.734
BNDES – Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	22.561	29.702
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	5.999	8.207
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	3.828	2.595	3.828	2.595
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	15/09/13	249	512	450	971
			15/08/13 a				
BNDES - Finame	TJLP	2,30%	15/01/14	-	-	19	43
BNDES - Finame	TJLP	3,80%	15/10/12	-	201	-	277
			15/02/12 a				
BNDES - Finame	TJLP	3,06%	16/09/13	-	-	1.163	3.301
BNDES – Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	2.523	3.508
Outros	Fixa	16,20%	13/08/14	-	-	2.343	3.785
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	2.475	3.486	2.475	3.486
			15/02/12 a				
Arrendamento mercantil	Fixo	17,16%	16/09/13	-	-	2.486	4.570
Sub-Total				14.737	19.527	54.645	76.269
Capital de giro:							
Financiamento importação	EUR	2,97%	01/11/12 a 01/02/2013	3.473	-	3.473	-
Financiamento importação	EUR	3,22%	23/01/12 a 07/05/12	-	6.744	-	6.744
Financiamento importação	USD	3,03%	09/11/12 a 01/02/13	874	-	874	-
Financiamento importação	USD	1,95%	17/01/11 a 13/05/11	-	3.025	-	3.025
Nota de crédito exportação	CDI	0,00%	10/01/14	14.793	-	14.793	-
Capital de giro	CDI	3,70%	15/06/15	41.854	-	41.854	-
Finame fabricante	Fixa	8,70%	15/08/13	20.250	-	20.250	-
Capital de giro	CDI	2,83%	08/01/12 a 29/03/12	-	41.309	-	41.309
Financiamento fornecedores serviços Petrobrás	CDI	5,00%	11/08/13	-	-	3.757	9.229
Total capital de giro:				81.244	51.078	85.001	60.307
Total geral:				95.981	70.605	139.646	136.576
Parcela circulante				49.303	57.077	68.670	78.743
Parcela não circulante				46.678	13.528	70.976	57.833
Juros pagos				7.695	13.734	9.654	17.943

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 /CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção

concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2012, para a Controladora foi nula e para o Consolidado R\$ 80. Em 31 de dezembro de 2011 era R\$ 265 (Controladora) e R\$ 470 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas Controladas não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa

Cronograma de desembolsos - Não circulante

	Controladora	Consolidado
Ano	31/12/2012	31/12/2012
2014	35.743	48.215
2015	10.935	21.325
2016	-	1.436
	46.678	70.976

16.1. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas Controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 04 e 05 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas Controladas.

Valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
Máquinas e equipamentos	2.285	4.079
Veículos	201	491
Total	2.486	4.570
Parcela circulante	1.942	2.116
Parcela não circulante	544	2.454
Total	2.486	4.570

O cronograma de desembolso está apresentado conforme segue:

Cronograma de desembolsos - Não circulante	31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
Mais de um ano e até 5 anos	544	2.454
	544	2.454

17. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo de Adiantamento de clientes	45.555	76.122	82.475	96.705

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de construção.

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas Controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no período

	31/12/2011	Controladora	
	Saldo Inicial	Adição/ reversão de provisões/ utilizações	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	1.797	(446)	1.351
Tributárias:			
.Federal	3.414	188	3.602
.Estadual	-	462	462
.Municipal	56	-	56
Outras	532	(532)	-
	5.799	(328)	5.471

	31/12/2011	Consolidado	
	Saldo Inicial	Adição/ reversão de provisões/ utilizações	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	2.122	326	2.448
Tributárias:			
.Federal	8.958	(738)	8.220
.Estadual	-	462	462
.Municipal	392	-	392
Outras	217	(217)	-
	11.689	(167)	11.522

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas Controladas, para os quais foram provisionados R\$ 1.351 na controladora (em 31/12/2011 era R\$ 1.797) e R\$ 2.448 no consolidado (em 31/12/2011 era de R\$ 2.122), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Demandas tributárias

A Companhia e suas Controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado o valor total de R\$ 4.120 na controladora (em 31/12/2011 era de R\$ 4.002) e R\$ 9.074 consolidado (em 31/12/2011 era de R\$ 9.567).

Possíveis

Para os processos trabalhistas, cíveis e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 38.866 (em 31/12/2011 era de R\$ 31.967) nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se a demandas tributárias onde se discute:

- Incidência de INSS sobre a participação da diretoria nos lucros da Companhia enquanto diretores com contrato de trabalho suspenso: R\$ 2.359;
- Incidência de Contribuição Social sobre o Lucro correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 2.856;
- Exigência de ICMS sobre a nacionalização de componentes para fabricação, onde se discute a comprovação da aplicação de tais componentes no produto exportado: R\$ 4.656;
- Perdas de correção monetária de balanço causado pelo Plano Verão-Lei 7799/89: R\$ 2.286

19. Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

b. Reservas de capital

- *Reservas de incentivos fiscais*

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

c. Reservas de lucros

O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reservas de retenção de lucros*

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

e. Remuneração aos acionistas

Por força do Artigo 6º, alínea a, do Estatuto Social, foi contabilizado à conta de Reserva de lucros, a distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 5.798 às ações preferenciais, correspondente a 8% ao ano sobre o respectivo Capital Social com valor de R\$ 5,84 por ação.

	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(25.184)	34.652
Reserva legal	0	(1.733)
Resultado líquido ajustado	(25.184)	32.919
Lucros da realização da depreciação sobre ajuste aval. patrimonial (IFRS)	4.900	4.839
Subtotal	(20.284)	37.758
Reserva para incentivos fiscais – Investidas	(19.676)	(29.170)
Total	(39.960)	8.588
A- Dividendos mínimos 25% do lucro líquido ajustado (ações ordinárias)	0	3.123
B- Dividendos mínimos 25% do lucro líquido ajustado (ações preferenciais)	0	5.107
C- Dividendos mínimos 8% sobre o respectivo capital (ações preferenciais)	5.798	5.798
Dividendo mínimo obrigatório (A+C)	5.798	8.921
Excesso de reservas de lucros	0	881
Dividendos	5.798	9.468

Considerando a existência de saldo na conta de reserva de lucros superior a R\$ 52 milhões, poderá o Conselho de Administração, a seu critério, propor à AGO o pagamento de dividendos também às ações ordinárias em valor por ação igual ao das ações preferenciais.

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas financeiras				
Juros	(13.002)	(13.734)	(16.571)	(17.860)
Variações cambiais passivas	(1.463)	(1.069)	(1.602)	(1.143)
Fianças bancárias	(981)	(2.039)	(981)	(2.044)
IOF	(1.391)	(2.299)	(1.699)	(2.842)
Perda operações derivativos	-	(601)	-	(601)
Descontos concedidos	(1.278)	(2.810)	(1.727)	(3.568)
Outros	(386)	(487)	(776)	(794)
	(18.501)	(23.039)	(23.356)	(28.852)
Receitas financeiras				
Juros	3.409	2.884	2.782	2.353
Variações cambiais ativas	-	1.450	82	1.608
Ganho operações derivativos	-	421	-	421
Juros sobre capital próprio	760	1.520	1.444	2.189
Ganho aplicações financeiras	330	149	1.792	2.658
Outros	-	121	277	426
	4.499	6.545	6.377	9.654
Líquido	(14.002)	(16.494)	(16.979)	(19.198)

21. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões/reversões operacionais	3.951	2.177	3.806	1.750
Lucro (prejuízo) na venda de bens do imobilizado e investimentos	14.821	22.877	14.732	22.967
Subvenções Governamentais*	-	-	19.676	29.170
Dividendos recebidos	248	1.276	529	1.840
Provisão para despesas com garantia em consórcio	-	-	(475)	(1.562)
Recuperação de despesas	-	2.416	617	2.416
Perdas c/créditos incobráveis	(2.827)	-	(2.827)	-
Custo ociosidade fabricação	(5.883)	(4.300)	(6.541)	(4.300)
Multa por Atraso de Fornecimento	3.092	-	441	-
Outras (despesas) receitas operacionais	430	(187)	(2.430)	(1.274)
	13.832	24.259	27.528	51.007

(*) As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reserva de incentivos fiscais.

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

22. Informação por segmento

31/12/2011	MECÂNICA	AÇOS E SERVIÇOS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Receita bruta	496.491	349.767	(105.561)	740.697
Lucro líquido	34.652	26.618	(26.618)	34.652
Ativos operacionais	708.418	294.618	(164.917)	838.119
Passivos operacionais	270.361	174.058	(53.471)	390.948

31/12/2012	MECÂNICA	AÇOS E SERVIÇOS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Receita bruta	312.525	182.476	(18.230)	476.771
Lucro líquido	(25.184)	3.612	(3.612)	(25.184)
Ativos operacionais	657.177	295.015	(183.512)	768.680
Passivos operacionais	257.995	173.336	(69.481)	361.850

23. Receita

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta vendas de produtos	312.525	496.399	441.456	687.970
Receita bruta serviços prestados	-	92	35.315	52.727
Impostos sobre vendas	(45.528)	(74.735)	(79.918)	(127.291)
Abatimentos e devoluções	(3.669)	(3.160)	(3.669)	(3.221)
Receita Líquida	263.328	418.596	393.184	610.185

24. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Materiais e demais desp. comerciais e adm.	(181.321)	(284.163)	(249.831)	(401.000)
Gastos com pessoal	(108.743)	(117.204)	(165.481)	(169.523)
Depreciação/amortização	(9.201)	(13.880)	(21.048)	(28.711)
Total	(299.265)	(415.247)	(436.360)	(599.234)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos bens e/ou serv. vendidos	(250.020)	(359.268)	(362.297)	(518.755)
Despesas com vendas	(24.101)	(25.561)	(26.867)	(27.800)
Despesas gerais e administrativas	(20.632)	(26.592)	(42.654)	(48.174)
Honorários e participação da administração	(4.512)	(3.826)	(4.542)	(4.505)
Total	(299.265)	(415.247)	(436.360)	(599.234)

25. Cobertura de seguros

A Companhia e suas Controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente era de R\$ 266.906 (em 31/12/2011 era de R\$ 280.006).

26. Instrumentos financeiros

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas Controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das “*estimativas contábeis*”, conforme consta na nota 3 - *Sumário das principais práticas contábeis*.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente. O investimento na Vale S.A., foi classificado na categoria “Investimentos disponíveis para a venda”, e está sendo mantido exclusivamente com finalidade de aplicação financeira. Esse investimento encontra-se avaliado pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços e suas variações são registradas em “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a agentes financeiros de primeira linha. Os derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado e referem-se a contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamentos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos.

Não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento.

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

	Valores (em R\$ mil)		Moeda
	31/12/2012	31/12/2011	
Natureza do saldo			
Adiantamentos para importações	1.829	1.018	EUR
Adiantamentos para importações	211	241	USD
Financiamento Finimp	3.473	6.744	EUR
Financiamento Finimp	874	3.025	USD
Importações de materiais	342	32	EUR
Importações de materiais	780	733	USD

d. Riscos

As operações da Companhia e das suas Controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas Controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas Controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas Controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a Nota 20.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2012	+ 25	229	229
	+ 50	457	457
	-25	(229)	(229)
	- 50	(457)	(457)
31/12/2011	+ 25	(152)	(152)
	+ 50	(304)	(304)
	-25	152	152
	- 50	304	304

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o patrimônio consolidado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas Controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Derivativos em aberto

A posição consolidada de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012, agrupada por ativo ou indexador de referência, sendo ela negociada no mercado de balcão, está assim demonstrada.

Em R\$ Mil Descrição	Valor justo em 31/12/2012	
	Vencimento	
Swap		
Posição ativa – CDI + 4%aa	10/01/2014	13.074
Posição passiva – CDI + Variação cambial		(14.611)
		(1.537)

e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2012	+25%	544	544
	+50%	1.088	1.088
	-25%	(544)	(544)
	-50%	(1.088)	(1.088)
31/12/2011	+25%	(2.442)	(2.442)
	+50%	(4.884)	(4.884)
	-25%	2.442	2.442
	-50%	4.884	4.884

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2012.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	95.981	70.605	139.646	136.576
Fornecedores	35.544	24.286	41.243	38.790
Provisão IR e CSLL	-	-	71	1.713
Provisão participação da diretoria/empregados	293	2.144	293	2.144
Dividendos Propostos/Juros sobre capital próprio	5.989	9.262	5.989	9.262
Adiantamento de clientes	45.555	76.122	82.475	96.705
Provisão de férias e encargos	11.222	8.004	15.620	10.281
Provisão para contingências	5.471	5.799	11.522	11.689
Empresas coligadas/controladas	12.427	16.342	-	-
Provisão IR e CSLL diferidos	32.983	43.383	44.154	50.019
Outros	12.530	14.414	20.837	33.769
Dívida líquida	257.995	270.361	361.850	390.948
Patrimônio líquido	399.182	438.057	406.830	447.171
Patrimônio líquido e Dívida líquida	657.177	708.418	768.680	838.119
Coefficiente de alavancagem	0,39	0,38	0,47	0,48

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios. Entretanto, os contratos relacionados a tais projetos geralmente preveem cláusulas de pagamento vinculadas a eventos físicos de fabricação, o que reduz o risco de inadimplência.

* * * * *

Conselho de administração

Claudio Bardella
Alfredo Camargo Penteado Neto
José Sebastião Baptista Puoli
Mauro Fernando Maria Arruda

Presidente
Vice-Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Conselho Fiscal

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Carlos Jorge Loureiro
Henrique Alves de Araújo
Jorge Michel Lepeltier
José Eduardo Escorel de Carvalho

Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro

Diretoria

José Roberto Mendes da Silva
Eduardo Fantin
Plinio Centoamore
Rubens Geraldo Gunther

Diretor Presidente
Diretor
Diretor
Diretor

Contador

Luiz Honório Martins
CRC - 1SP128092/O-2

* * * * *